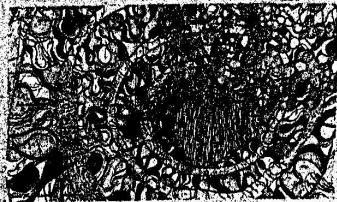


### SEGUNDO O AMOR TIVERDES

O *Dicionário de Luís de Camões\** vem preencher uma lacuna que há muito se fazia sentir e será doravante um instrumento indispensável para os estudos camonianos. É coordenado pelo Professor Vítor Aguiar e Silva, tem 68 colaboradores e inclui 210 verbetes em mais de mil páginas. Embora tenha a participação de estudiosos de várias gerações em várias universidades portuguesas e estrangeiras, reflecte o que tem havido de melhor na augusta tradição camoniana da Universidade de Coimbra, também enriquecida pela colaboração de especialistas de áreas afins, como os Estudos Clássicos e os Estudos Italianos.

Presumo que, como aliás compete a este tipo de obra de referência, a intenção que presidiu à sua organização não tenha sido tanto a de trazer leituras inovadoras quanto a de consolidar — e, quando necessário, corrigir ou melhorar — leituras reconhecidas como canónicas da obra de Camões, e de situá-la no seu contexto cultural. Esse propósito foi amplamente conseguido. Não haverá desculpa para novas gerações de camonistas ignorarem perspectivas de leitura consagradas ou confundirem o que há de original na obra de Camões com o muito que ela reflecte das coordenadas culturais do seu tempo e da tradição literária em que se insere.

É evidente que para se entender a originalidade de uma obra há primeiro que reconhecer o contexto de que ela parte: Do mesmo modo, para se avaliar a pertinência de novas perspectivas de leitura, é necessário ter em conta as interpretações consagradas como canónicas. Isto é particularmente relevante para a obra de Camões. A sua extraordinária originalidade conceptual tende a manifestar-se em subtis deslocamentos de ênfase dentro da tradição recebida. Camões foi o poeta de um mundo em transição onde a semelhança coexiste com a diferença. A sua poesia modula a linguagem do passado para significar uma nova visão do mundo para a qual ainda não havia linguagem feita. O que há na obra de Camões de mais original insere-se num espaço fluido entre a tradição e a inovação. «Segundo o amor tiverdes / tereis o entendimento de meus versos», diz ele num dos seus sonetos mais celebrados, deixando em aberto a possibilidade de haver vários entendimentos da sua obra consoante as perspectivas de leitura. Sendo assim, este *Dicionário* representa ao mesmo tempo um indispensável ponto de chegada e um necessário ponto de partida para novas perspectivas que a obra de Camões continue a necessitar.



Fátima Mendonça  
Salinha forrada a bojo mármore (2004-5)  
Lápis e óleo sobre tela  
280 x 475 cm

A tradição literária de que Camões emergiu constitui o terreno mais seguro para o entendimento de seus versos porque também ajuda a reconhecer o que neles possa haver de novo e de diferente. A inovação pressupõe riscos, permite ambiguidades e gera contradições. Julgo, no entanto, ser mais na diferença do que na semelhança que a grandeza do génio de Camões melhor se manifesta. Ele próprio assumiu riscos, explorou ambiguidades e manifestou contradições que, por sua vez, solicitam renovadas perspectivas de leitura, muitas delas legítimas mas nenhuma definitiva, porque há sempre qualquer coisa que escapa a quem pretenda fixar, mais do que interrogar, as suas multifacetadas complexidades, segundo o amor tiver.

Julgo dever mencionar aqui, como um correctivo objectivo do que possa haver de subjectivo nestas notas e comentários, que os meus próprios estudos camonianos, publicados em Portugal desde 1980, nem sempre se têm conformado com as interpretações mais canónicas da obra de Camões. Não tanto porque delas discorde (embora ocasionalmente também aconteça) mas sobretudo porque, tendo-lhes dado a devida atenção, a obra de Camões me parece continuar a levantar questões ainda por considerar. Assim, por exemplo, tendo em mente que a viagem épica celebrada n'Os Lusíadas culmina não na Índia encontrada mas num lugar imaginário por encontrar — a Ilha do Amor — procurei sondar o carácter iniciático da viagem que o próprio poema metaforicamente representa. Correspondentemente, também procurei caracterizar o valor funcional que Camões se atribui a si próprio como simultaneamente autor e protagonista do seu poema. E, último exemplo, tendo analisado as aparentemente paradoxais oposições conceptuais manifestadas no poema como representações parciais da sua significação totalizante, entendi-as como integráveis numa não menos paradoxal correlação estrutural que Camões estabelece no poema entre uma perspectiva antiépica derivada da tradição pastoril e a semanticamente oposta tradição épica celebratória em que a insere e, desse modo, subverte. Também me tem interessado mais perceber a significação do anti-petrarquismo na obra lírica de Camões do que reiterar as convenções petrarquistas de que ela parte; ou procurar entender o que possa haver de menos convencional na sua poesia tendo em mente a afirmação, nas celebradas *Rimas de Babel e Sião* (tradicionalmente entendidas como a coroação e a súplica da sua poesia) que nesse poema fez a negação do que até então a sua obra representara, por me parecer ser tão importante entender aquilo de que esse poema diz ser a «palinódia» quanto a palinódia que diz ser. E quando Camões declara, num soneto, «já perdi / o que perder o medo me ensinou», gostaria de entender melhor do que a crítica camoniana me tem ensinado qual a natureza do medo que ele teria perdido para poder aprender o que depois o reinstituído medo o teria feito perder.

Julgo portanto haver questões fundamentais que transbordam dos parâmetros deste ou de qualquer outro dicionário de Camões. Mas, por isso mesmo, também considero que essas irresolvidas questões — porventura as que tornam Camões no supremo e perenemente inquietante poeta que se renova e nos renova a cada nova leitura — são as que mais necessitam do honesto estudo académico que este dicionário representa.

O *Dicionário* contextualiza a obra de Camões através de extensos verbetes que incluem, entre outros, Humanismo, Renascimento, Neoplatonismo, Petrarquismo, Maneirismo, Augustinianismo e a Tradição Clássica; tópicos como Armas e Letras, *Locus amoenus* e *Locus horridus*; estudos sobre a Língua de Camões e a Métrica em Camões; além de outras análises que (cito as palavras do Professor Aguiar e Silva, na «Apresentação») «assentam numa perspectiva histórico-literária *lato sensu* e inscrevem-se muitas vezes num horizonte comparatista» (p. 6). Nesse horizonte igualmente se inserem as relações da poesia de Camões com obras de outros poetas e com outras artes; a sua recepção, ao longo dos séculos, quer em Portugal quer em literaturas estrangeiras; e, além de muito mais que mereceria ser aqui inventariado, também não descuro a contribuição crítica de camonistas antigos e modernos, de Pedro de Mariz a Jorge de Sena. Mesmo assim o Professor Aguiar e Silva declara, com a devida proibidade intelectual, ter «consciência de algumas limitações e de algumas lacunas do Dicionário, sobretudo em áreas como a historiografia, a geografia, a astronomia e a medicina, relevantes em especial na leitura d'Os Lusíadas» (p. 7). Acontece também, como é inevitável neste tipo de obra, que a qualidade dos verbetes é variável, e que nem todas as referências bibliográficas são suficientemente abrangentes. O que importa realçar, no entanto (e cito de novo Aguiar e Silva), é o seguinte: «O domínio que o Dicionário contempla é naturalmente a obra de Camões, nos seus diversos modos, géneros e subgéneros literários, nas suas formas, nos seus significados e nas suas articulações filosóficas e ideológicas» («Apresentação», p. 5). É dessa ampla perspectiva que, no seu melhor, o *Dicionário* definitivamente contribui para que a obra de Camões possa ser entendida no seu contexto histórico-cultural, ao mesmo tempo que, nem que seja só implicitamente, também aponta para a necessidade de novas leituras ainda por definir.

É esse o caso, como um exemplo entre alguns outros possíveis, dos notáveis verbetes sobre «Petrarquismo» e «Petrarquismo em Camões» (p. 670-9 e 679-88) da italianista Professora Rita Marnoto, que são riquíssimos de informação e, entre muitos outros méritos, definitivamente esclarecedores das frequentes confusões entre petrarquismo, *dolce stil novo* e neoplatonismo. Ao equacionar o que é e o que

não é petrarquismo em Camões — incluindo um antipetrarquismo em que Camões tivesse redimensionado ou amplificado o petrarquismo sem propriamente se lhe opor nem a ele se submeter — Rita Marnoto escreve o seguinte:

A célebre dialética camoniana tem por fulcro um sistema de contraposições petrarquistas, as quais, em vez de se excluírem linearmente, de modo disjuntivo, revertem sucessivamente uma sobre a outra. Por consequência, afirmam-se através da sua própria negação, num processo em que cada avanço implica um novo recuo, o que inviabiliza qualquer espécie de síntese. As oposições não existem fora do sujeito, que em si contém aquelas diferenciações e contradições que, afinal, o fundamentam. Desta feita, Camões problematiza, no plano da abstração, os grandes pólos de tensão em torno dos quais se desenvolve o pensamento ocidental, o que confere um halo de universalidade ao seu petrarquismo. (p. 684)

Partindo desta percepção, torna-se possível entender o valor funcional dos processos literários através dos quais Camões — nos seus próprios modificados termos — deu expressão nova a um novo entendimento que teria resultado em oposições que inviabilizassem «qualquer espécie de síntese». Disso seria exemplo o soneto «Transforma-se o amador na cousa amada», que a análise textual já me havia levado a entender como negando essa proposição neoplatónica (manifestada não só por Petrarca mas também consagrada por Marsilio Ficino e Leão Hebreu) e que a Autora igualmente considera que, para Camões, é a «manifestação da impossibilidade de superar os anseios do corpo».

Rita Marnoto mostra como a dialéctica camoniana terá resultado de uma enfatização sintáctica do dissídio petrarquista. E assim terá sido, digo eu, ao tornar-se numa enfatização semanticamente transformadora que resulta de um novo entendimento baseado na observação da coexistência de opostos, «cada um com o seu contrário num sujeito», num ainda indecifrado mundo novo onde «doutos varões darão razões subidas» mas onde «são experiências mais provadas».

A Autora conclui o seu verbete com uma rigorosa análise sintáctica e semântica que lhe permite as seguintes observações: «Todavia, Camões não sobrecarrega a artificiosidade petrarquista. [...] A interseção de contrários e as várias formas de homogeneização fazem-se mais intrínsecas, de acordo com o seu significado próprio, que é o da dialéctica camoniana e do seu movimento circular. Daí que os estados contraditórios de Petrarca deixem lugar ao *estado de incerteza*, numa melancólica deambulação por anseios e inquietudes» (p. 688).

Outro exemplo de como Camões simultaneamente adopta e modifica as fontes literárias e ideológicas que subjazem à sua poesia é

patente nos usos a que submete a tradição clássica e a mitologia pagã: as divindades pagãs n'Os *Lustadas* são e não são as mesmas da tradição clássica. A eminente classicista Maria Helena da Rocha Pereira dá-nos detalhada e erudita informação sobre «A Tradição Clássica na Obra de Camões» (p. 923-33), com esclarecedoras referências a fontes prováveis, interpretações plausíveis e presunções questionáveis. Ao mostrar, com sábia autoridade, que «a Antiguidade Clássica é omnipresente na obra do nosso poeta maior», abre também caminho para que se pondere sobre quanto, nessa obra, possam ser novas as significações veiculadas por antigos significantes. Os omnipresentes autores clássicos na obra de Camões — Homero e Hesíodo, Horácio, Ovídio e Virgílio e vários outros — tornaram-se veículos do pensamento de Camões na sua obra. Um exemplo, comparativamente menor e marginal, mas nem por isso menos revelador da personalização da tradição clássica na sua poesia lírica de Camões, parece estar implícito nos recorrentes usos a que pôs o nome «Dinamene», que a Professora Rocha Pereira lembra ter sido primeiro usado por Homero na *Iliada* e por Hesíodo na *Teogonia*. Diz a Professora: «Não nos propomos aqui renovar as fantasias biografistas que se acumularam em volta do nome de Dinamene. Apenas queremos acentuar que a preferência por este nome poderá tomar-se por um indício de que o poeta conhecia o significado do helenismo: 'a poderosa'» (p. 924).

Sendo assim (permito-me comentar, mesmo correndo o risco de alimentar fantasias biografistas) seria psicologicamente significativo que a naufragada «moça china» mencionada por Diogo do Couto e explicitamente nomeada por Camões em dois sonetos elegíacos tenha sido designada como Dinamene, ou seja, «a poderosa». Dinamene, obviamente, não é o nome dessa mulher mas um criptónimo atribuído a uma mulher cujo nome se ignora e cujas qualidades estariam de algum modo simbolizadas na sua transposta designação. Também não será menos relevante para a compreensão das atitudes existenciais de Camões que, numa das suas éclogas («A rústica contenda desusada») haja uma Dinamene reiteradamente qualificada de «branca» e de «alva». Essa circunstância, segundo a Professora Rocha Pereira, «obriga a concluir que a jovem da écloga dedicada ao Duque de Aveiro não é, necessariamente, aquela que muitos anos mais tarde lhe obcecou a memória» (*ibid.*). Sim, claro, não seria a mesma. Mas a implícita transposição das qualidades associadas à não só «poderosa» mas também «branca» e «alva» Dinamene para uma amante etnicamente não europeia e, em toda a probabilidade, considerada socialmente inferior, é sugestiva de uma niveladora atitude de valorização da diferença pelo reconhecimento de uma essencial semelhança, aliás também manifestada por Camões na celebração espiritual e física da antipetrarquiana

«pretidão de amor» de outra sua amante não-europeia, a escrava-senhora designada como Bárbara que «bem parece estranha / mas bárbara não».

No que respeita mais especificamente à obra de Camões, *Os Lusíadas* ocupam um lugar predominante no *Dicionário*, como aliás é prática habitual da crítica camoniana. No entanto devida importância é dada ao Teatro (em notáveis verbetes do Professor José Augusto Cardoso Bernardes) e as geralmente negligenciadas Cartas não são esquecidas. A sua vasta e multifacetada obra lírica, a despeito dos numerosos verbetes que lhe são devotados, talvez tivesse merecido tratamento mais aprofundado, sobretudo nalgumas das suas relações com a épica evidenciadas, por exemplo, na elegia autobiográfica baseada na sua própria viagem para a Índia («O Poeta Simónides, falando») em que pré-ecoa uma boa parte da matéria poética desenvolvida n'Os *Lusíadas*.

O Professor Aguiar e Silva, cujas leituras d'Os *Lusíadas* são justamente reputadas como das mais competentes que a tradição crítica camoniana nos tem dado, deixou a análise do poema (o verbete mais extenso do *Dicionário*, p. 490-515) para a Professora Maria Vitalina Leal de Matos, da Universidade de Lisboa. Há outras contribuições devotadas a aspectos parciais da épica camoniana (Adamastor, Inês de Castro, Consílio dos Deuses...) e o próprio coordenador contribui para a sua interpretação em vários verbetes, merecendo especial realce os que escreveu sobre o «Episódio da Ilha dos Amores», que inclui uma análise da função de Vénus no poema, e sobre *Baco*, onde analisa a antagonónica ou, como eu a entendo, ambigualmente complementar função que Camões lhe atribui. No entanto, dado o lugar fundamental ocupado por *Os Lusíadas*, é finalmente pelo verbete da Professora Maria Vitalina Leal de Matos que a visão global do poema apresentada no *Dicionário* pode ser avaliada.

O texto da Professora Leal de Matos vem organizado didacticamente com títulos temáticos («Um Eloquente Silêncio do Paratexto», «A Génese do Poema e o Género Literário», «Um Tema Dominante: Armas e Letras», «O Espírito Antiépico», «Nacionalismo e Universalismo» e assim por diante) e com palavras-chave em itálico («*educação*», «*valor do canto*», «*unidade*»...) talvez com o intuito de facilitar a leitura. É um texto entusiástico e impressionístico, que também visa abranger uma consciência que o poeta tivesse de uma nossa actual portugalidade por ele personificada. Cito a Professora: «Quem somos? Por que razão nos coube esta missão? Como entender a história passada? E que lições nos dá para o porvir?» Estas perguntas de, digamos, ontologia identitária, são respondidas no parágrafo seguinte, que conclui: «Quando hoje, como noutros momentos da História, nos interrogamos sobre a nossa identidade, percebemos que talvez alguma falta de

confiança em nós mesmos nos leve a repensar frequentemente a nossa história. Foi isso que Camões teve em vista, e a resposta que encontra exalta-o porque se dá conta do carácter insubstituível da ação em que nos empenhámos» (p. 497-8). É bom saber que quando Camões escreveu *Os Lusíadas* foi a nós que teve em vista e que estava tão próximo das nossas actuais interrogações identitárias, como se fosse um antecipado heterónimo de Fernando Pessoa: «'Screvo meu livro à beira mágoa', poderia Camões dizer, com as palavras de Fernando Pessoa (*Mensagem*, 'Os Avisos. Terceiro')», diz a Professora Leal de Matos (p. 497). E mais adiante: «A nossa leitura d'Os *Lusíadas* está marcada pela densidade simbólica, pelo nimbo de desconhecimento com que Fernando Pessoa aborda as figuras e o sentido da História de Portugal...», *etcetera, etcetera* (p. 508). Antes estivesse marcada pela compreensão do que Camões escreveu n'Os *Lusíadas*.

Vejam os ainda assim um exemplo do que a Professora Leal de Matos diz sobre o poema propriamente dito, sem o contrabalançar do outro lado do galheteiro literário com a *Mensagem* de Fernando Pessoa. Escolhi um tema que me é particularmente caro, pelo que várias vezes sobre ele escrevi: «O Espírito Antiépico». Cito a Professora:

Leia-se o *Velho do Restelo*. No momento da partida da armada de Vasco da Gama, um «Velho de aspeito venerando» ergue-se para dar voz, com eloquência, ao medo perante o desconhecido, revelando as consequências trágicas que muitos dos que estão na praia, a despedir-se, irão sofrer. Mais do que isso, faz uma condenação daqueles mesmos motivos que estavam na origem dos Descobrimentos: a «glória de mandar», a ambição, a honra, a fama, a coragem, ao contrário do que estabelece a cultura vigente, são, na boca do Velho, apenas «nomes com que se o povo néscio engana». Desta empresa não há que esperar senão desastres, perigos e mortes. Não se trata da fala de um louco senil, mas de alguém que usa habilmente o saber humanista e os seus símbolos (Prometeu, Dédalo, Ícaro) juntamente com os bíblicos (Adão). E, por muito que se estranhe, a fala lança uma violenta maldição não apenas sobre essas figuras inaugurais, mas também sobre o próprio autor da epopeia: «Nunca juízo algum, alto e profundo, / Nem cítara sonora ou vivo engenho / Te dê por isso fama nem memória» (*Os Lusíadas*, IV.102). (p. 495)

Creio que nada do que a Professora diz neste parágrafo da sua análise é inteiramente incorrecto, mas julgo também que, ao ser descontextualizado, resulta inaceitavelmente banalizador de um dos momentos mais complexos da épica camoniana. Recordemos dois ou três elementos fundamentais para a sua compreensão: Camões completou *Os Lusíadas* quase três quartos de século depois da chegada de Vasco

da Gama à Índia. As condenações do empreendimento imperial que, na voz de Gama, atribui ao Velho do Restelo, têm portanto mais um valor de crítica retrospectiva das consequências do império do que do projecto imperial enquanto tal. A condenação que Camões faz, na voz dessa sua personagem do poema em que o inclui e onde lhe dá voz, por muito que a Professora estranhe, integra-se na significação totalizante do poema. Um mínimo de atenção ao texto mostra que, na voz do Velho do Restelo, Camões formula uma proposta épica alternativa à que está a condenar: o de uma guerra potencialmente mais proveitosa e eticamente mais justa contra os inimigos à porta do reino («Não tens junto contigo o Ismaelita, / Com quem sempre terás guerras sobejas? [...] Não tem cidades mil, terra infinita, / Se terras e riquezas mais desejas? / Não é ele por armas esforçado, / Se queres por vitórias ser louvado? // Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despove o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe!») (IV, 100-101). O projecto épico alternativo (ou, no contexto mais amplo do poema, complementar) formulado na voz experiente do Velho do Restelo é precisamente aquele que Camões, nas últimas estrofes do poema, usando a sua própria voz autoral e invocando a sua própria experiência, exorta Dom Sebastião a empreender («rompendo [...] os muros de Marrocos») como a nova empresa épica digna de ser cantada (X, 155-156).

Enfim, neste, em tanto mais, bem fundamentado *Dicionário de Luís de Camões, Os Lusíadas* — seu presumível elo mais forte — mereceriam melhor. A Professora Maria Vitalina Leal de Matos culmina as suas impressões sugerindo, como se só então alguém o tivesse pensado, que «num poema que não designa nenhum herói, Camões apresenta-se com a imagem que o concretiza». Bom, sim, mas não é bem assim, há no poema muitos outros heróis, a questão é um pouco mais complicada, sobretudo quando reduzida à pergunta «Orgulho e Narcisismo?» antes de a Professora terminar, em recuperada veia identitariamente patriótica: «Seja como for, Portugal sempre o amou perdidamente, e anseia por merecer a obra e o génio que lhe foi dado.» Pois é, mas só segundo o amor tiver...

Helder Macedo

[O Autor segue a antiga ortografia.]

\* *Dicionário de Camões*, coord. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Lisboa, Editorial Caminho, 2011.

## VÍTOR AGUIAR E SILVA — A LIÇÃO DE UM MESTRE

A defesa das Humanidades não é primordialmente a celebração memorial do passado e do seu património cultural, linguístico, literário e artístico. Alimentadas e iluminadas por essa memória e pelo estudo desse património, as humanidades devem ser, na escola e na vida, arcos da abóbada do futuro. Um futuro em que o homem não seja *pós-humano*...

VÍTOR AGUIAR E SILVA\*

Os estudos reunidos no volume *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa* foram escritos entre 1971 e 2010. O mais recente, inédito — «Pequena Apologia das Humanidades: Contra os Cépticos e os Dogmáticos» (p. 9-52)<sup>1</sup> —, não é apenas uma discreta introdução à leitura dos restantes mas, sobretudo, uma reflexão magistral, que os completa e ultrapassa, sobre o lugar e o papel das Humanidades no mundo contemporâneo e no ensino hodierno. Tendo presentes as palavras premonitórias proferidas por Jean Guitton («L'Europe»), segundo as quais estaríamos «não no fim de uma idade, mas no fim de uma era, e talvez mesmo no fim de um modo de existência para a humanidade»<sup>2</sup>, não será difícil perceber que os temas tratados neste livro, directamente relacionados com a defesa que o Autor faz das disciplinas tradicionalmente cultivadas nas instituições de ensino superior (p. 75), nos colocam, afinal, perante uma questão *maior*: a do confronto entre a racionalidade humana e as profundas mutações a que vimos assistindo nas últimas décadas, de consequências imprevisíveis. Este desconforto, associado a uma preocupante 'decomposição' de valores tidos por universais (expressos na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, adoptada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948) e a uma instabilidade difusa, não é fácil de explicar. Como escreve Hannah Arendt: «l'étrange fascination que la pensée du néant a exercé sur la philosophie moderne n'est pas tout uniquement la marque du nihilisme»<sup>3</sup>. É, pois, no quadro de uma envolvente reflexão sobre a modernidade e a pós-modernidade que Vítor Aguiar e Silva traça a «cartografia do conhecimento e dos saberes humanísticos», expondo os seus pontos de vista com desassombro e, como faz questão de o dizer, concedendo um «espaço especial» à filologia, inextricavelmente ligada à cultura das Humanidades — clássicas e modernas.

As páginas percucientes que consagra ao ensino da literatura, considerando os saberes que integram o seu vasto domínio e convocando escolas e teóricos, permitem-lhe concluir que este é «um ensino racionalmente organizado, coerente e progressivo, como o de qualquer ciência,